



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos  
**Procuradoria Geral do Município**  
**Concurso Público para Procurador do Município I**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 005  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Conhecimentos Específicos I</b>

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

<b>Direito Constitucional</b>	
<p>1. Audiências públicas serão convocadas pela Câmara Municipal de São Paulo quando</p> <p>(A) objetivar-se a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.</p> <p>(B) cuidar-se da atenção devida à criança, ao adolescente e ao idoso.</p> <p>(C) estiver envolvida a política municipal ou estadual de meio ambiente, desde que uma de suas comissões permanentes entenda oportuna a participação popular.</p> <p>(D) tratar-se de diretrizes orçamentárias e criação, estruturação e atribuição das Secretarias, Subprefeituras, Conselhos de Representantes e dos órgãos da Administração Pública.</p> <p>(E) a sociedade civil manifestar interesse, em projeto de lei, por meio de requerimento, subscrito por 0,1% (um décimo por cento) de eleitores do Município.</p>	<p>5. Dentre as tarefas do Município, insere-se a promoção da educação, apresentando o caráter constitucional de</p> <p>(A) competência implícita, incorporada na de legislar sobre assunto de interesse local.</p> <p>(B) obrigação prioritária das autoridades municipais no tocante ao ensino médio.</p> <p>(C) atribuição explícita, em se tratando do campo do ensino fundamental.</p> <p>(D) atuação em colaboração com o Estado-membro, na área do ensino médio e da educação infantil.</p> <p>(E) subsidiariedade para impor a interveniência do poder municipal no segmento da educação infantil, quando o setor privado se afigurar inadequado à demanda.</p>
<p>2. No âmbito do processo legislativo municipal de São Paulo,</p> <p>(A) a aprovação do Plano Diretor exige o voto favorável de 3/5 (três quintos) dos membros presentes à sessão.</p> <p>(B) a rejeição de veto demanda voto favorável da maioria dos membros presentes à sessão.</p> <p>(C) a apreciação dos projetos de lei e a aprovação ou as alterações do Regimento Interno serão realizadas em turno único de discussão e votação.</p> <p>(D) aprovado o projeto de lei, na forma regimental, este será enviado ao Prefeito que, negando a sanção, deverá encaminhar à Câmara Municipal os motivos do veto no prazo de 15 dias úteis contados do recebimento.</p> <p>(E) dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal a aprovação de emendas à Lei Orgânica.</p>	<p>6. A Câmara Municipal de São Paulo é composta por Vereadores</p> <p>(A) eleitos pelo sistema proporcional, em dois turnos, por se tratar de Município com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.</p> <p>(B) em número fixado por lei municipal, a cada nova legislatura para vigorar para a subsequente, observada a proporcionalidade em relação à população do Município prevista na Constituição Federal.</p> <p>(C) em número de 33 (trinta e três), eleitos pelo sistema proporcional, aplicada a técnica do quociente eleitoral e partilha das sobras pelo método da maior média.</p> <p>(D) em número máximo de 55 (cinquenta e cinco), em consonância com Resolução do TSE, eleitos pelo sistema proporcional, aplicando-se a regra da maior média para a distribuição das sobras.</p> <p>(E) em número fixado pela Lei Orgânica, proporcional ao total de eleitores do Município.</p>
<p>3. A produção de Lei Orgânica no âmbito municipal espelha o exercício da</p> <p>(A) autonomia municipal, consubstanciada em autogoverno, auto-administração e autojurisdição.</p> <p>(B) função legislativa da Câmara Municipal com a sanção do Prefeito.</p> <p>(C) capacidade de auto-organização conferida aos Municípios pela Constituição Federal de 1988.</p> <p>(D) competência de criação de leis próprias, consagrada no constitucionalismo brasileiro, desde a primeira Constituição republicana de 1891.</p> <p>(E) atribuição expressamente delegada aos Municípios pela Constituição do respectivo Estado-membro.</p>	<p>7. Ao Município é reconhecida competência para suplementar a legislação estadual e federal com o escopo de atender ao interesse local. No exercício desta atribuição, o ente local poderá</p> <p>(A) baixar normas de regência do funcionamento dos registros públicos.</p> <p>(B) invocar a competência suplementar para aumentar catálogo da legislação federal proibitivo da venda de determinado gênero ou produto no Município.</p> <p>(C) editar normas que venham a dispor contrariamente à legislação estadual e federal.</p> <p>(D) complementar ou suprir normas legislativas federais e estaduais, no que couber.</p> <p>(E) disciplinar matérias de competência privativa da União em conformidade com o disposto em lei complementar federal.</p>
<p>4. É da competência da Câmara Municipal de São Paulo</p> <p>(A) aprovar a escolha dos titulares dos cargos de Conselheiros do Tribunal de Contas do Município, indicados pelo Prefeito.</p> <p>(B) deliberar no prazo de 15 (quinze) dias sobre o nome indicado para vaga de Conselheiro junto ao Tribunal de Contas do Município.</p> <p>(C) escolher 3 (três) Conselheiros para, ocorrendo vaga ou impedimento, integrarem, na qualidade de membros substitutos, o Tribunal de Contas do Município.</p> <p>(D) deliberar sobre aprovação ou não do nome indicado para substituição eventual de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município.</p> <p>(E) nomear 3 (três) dos membros do Tribunal de Contas do Município, após arguição em sessão pública.</p>	<p>8. O horário de funcionamento de farmácias constitui matéria reservada ao Município, em razão de competência</p> <p>(A) implícita, decorrente da competência de prestar assistência pública.</p> <p>(B) implícita, extraída da competência de legislar sobre assuntos de interesse local, reconhecida por súmula do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) explícita, enunciada na Constituição Estadual.</p> <p>(D) concorrente, inerente à competência de cuidar da saúde.</p> <p>(E) residual, consolidada por força de súmula editada pelo Supremo Tribunal Federal.</p>

<p>9. Em caso de vacância dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito,</p> <p>(A) compete ao Presidente da Câmara Municipal, como sucessor, assumir o posto de Prefeito para completar o período do seu antecessor.</p> <p>(B) a linha sucessória confere o exercício da Prefeitura ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Procurador-Geral do Município, para completar o período dos seus antecessores se a vaga se abrir nos dois últimos anos do mandato.</p> <p>(C) será convocado para a substituição o Presidente da Câmara Municipal ou o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(D) o exercício da Prefeitura competirá ao Presidente da Câmara e, em se tratando de vacância decretada no último ano do mandato, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>(E) cabe ao Presidente da Câmara Municipal assumir o exercício da Prefeitura, convocando-se eleições para 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga, na hipótese de ocorrer a vacância nos dois primeiros anos do mandato.</p>	<p>12. Os atos de improbidade administrativa praticados por autoridade municipal serão objeto de apreciação e de aplicação das sanções constitucionais pelo</p> <p>(A) Poder Judiciário, podendo importar na extradição do agente.</p> <p>(B) Procurador-Geral de Justiça, podendo importar na suspensão dos direitos políticos e perda da função pública.</p> <p>(C) Prefeito, mediante reclamação relativa à prestação dos serviços públicos.</p> <p>(D) Procurador-Geral do Município, na hipótese de representação contra o exercício negligente de cargo, emprego ou função administrativa.</p> <p>(E) Poder Judiciário, podendo importar na perda da função pública e indisponibilidade dos bens.</p>
<p>10. A súmula de efeito vinculante</p> <p>(A) comporta revisão ou cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal, por iniciativa de qualquer cidadão, devidamente qualificado mediante a apresentação de título de eleitor.</p> <p>(B) poderá ser impugnada mediante reclamação ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) encontra-se condicionada, para a sua eficácia, à decisão de 3/5 (três quintos) dos membros do Supremo Tribunal Federal, justificada pela existência de reiteradas decisões anteriores da Corte sobre a matéria constitucional tratada.</p> <p>(D) incidirá sobre a validade, a eficácia e a oportunidade de determinada norma – municipal ou estadual – sobre a qual haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública.</p> <p>(E) estende seus efeitos de observância obrigatória à administração pública federal, estadual e municipal, abrangendo autarquias, sociedades de economia mista e fundações.</p>	<p>13. O Prefeito de Município será processado e julgado</p> <p>(A) pela Justiça Eleitoral quando a denúncia for formulada por partido político.</p> <p>(B) nos crimes de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) pela prática de crimes comuns perante o Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(D) pela Câmara Municipal por ato de seus assessores que ocasionem prejuízo ao erário público.</p> <p>(E) nas infrações político-administrativas pelo Tribunal de Justiça do Estado.</p>
<p>11. A Lei Orgânica do Município, ao disciplinar o processo legislativo, deve atender</p> <p>(A) ao princípio da separação de poderes, reservando à iniciativa do Poder Executivo as matérias assim preordenadas no modelo federal.</p> <p>(B) às regras definidoras do <i>quorum</i> de votação previstas na Constituição do Estado-membro.</p> <p>(C) ao princípio da simetria, absorvendo as normas que regem a organização, a direção e a administração do Poder Legislativo da União e do respectivo Estado-membro.</p> <p>(D) às regras de regência do processo legislativo municipal previstas na Constituição do respectivo Estado-membro.</p> <p>(E) ao modelo positivado na Constituição do respectivo Estado-membro, reproduzindo o elenco de atos normativos fixado na esfera estadual.</p>	<p>14. A inconstitucionalidade de lei ou ato municipal por ofensa à Constituição Federal poderá ser argüida por intermédio de</p> <p>(A) argüição de descumprimento de preceito fundamental, ajuizada junto ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) reclamação, se a lei contrariar súmula do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada junto ao Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) mandado de injunção impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>15. A intervenção no Município, quando decorrente de provimento de representação dirigida ao Tribunal de Justiça, será efetuada</p> <p>(A) mediante nomeação de interventor pelo Governador do Estado.</p> <p>(B) se houver recusa da Assembléia Legislativa à execução de ordem ou decisão judiciária.</p> <p>(C) por decreto editado pelo Governador do Estado e apreciado pela Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) mediante suspensão do ato impugnado, por decreto assinado pelo Governador do Estado, se esta medida bastar ao restabelecimento da normalidade.</p> <p>(E) após prévia apreciação pelo Congresso Nacional.</p>

**Direito Administrativo**

16. O Município de São Paulo, por meio de regular procedimento, tombou um imóvel particular, situado em área urbana, a fim de preservar seu valor histórico-cultural. O proprietário do terreno ajuizou ação em face da Municipalidade, alegando que pretendia dar outra destinação econômica ao imóvel, incompatível com o tombamento e para a qual já possuía alvará. Neste contexto, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor e com o posicionamento dos tribunais pátrios a respeito do tema, o proprietário tem fundamentos para pleitear e, eventualmente, para obter
- (A) indenização por desapossamento administrativo, comprovada a restrição parcial sobre o imóvel, cumulada com juros compensatórios.
- (B) isenção de tributos municipais, uma vez que o tombamento não justifica a imposição de indenização.
- (C) indenização pelos prejuízos financeiros anormais, comprovados e decorrentes da restrição administrativa imposta ao imóvel.
- (D) indenização pelos prejuízos alegados ou, alternativamente, permuta de seu imóvel com outro terreno de propriedade do Município ou a ser por este desapropriado, onde possa ser implantado o empreendimento.
- (E) desapropriação indireta do imóvel, em virtude das limitações administrativas impostas à conservação do bem.
17. Determinada associação de bairro requereu ao Município de São Paulo o uso privativo de uma praça pública para realização de evento beneficente, consubstanciado em apresentação de grupo de teatro, em prol da comunidade carente da região. Por razões de interesse público, a autorização de uso anteriormente concedida pela Municipalidade foi revogada. A atuação do Poder Público
- (A) é regular, não assistindo direito ao autorizado de ressarcimento por supostos prejuízos sofridos na organização do evento, em face da precariedade do ato.
- (B) é irregular, assistindo ao autorizado o direito de impetrar mandado de segurança para anulação do ato administrativo coator e para reconhecimento de seu direito subjetivo a utilização do bem.
- (C) é regular, assistindo direito ao autorizado de ressarcimento pelos prejuízos sofridos com a organização do evento.
- (D) é irregular, assistindo ao autorizado direito de ressarcimento pelos prejuízos sofridos com a organização do evento e de indenização pelo potencial valor arrecadatório do evento.
- (E) é irregular, assistindo ao autorizado o direito de exigir a indicação de outro bem público como alternativa para o evento.
18. O Município pretende vender bem imóvel sem destinação a fundação pública municipal. De acordo com a legislação vigente, é necessário, sob o aspecto formal, haver
- (A) avaliação prévia e licitação, prescindindo-se de autorização legislativa.
- (B) avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de autorização legislativa e de licitação.
- (C) autorização legislativa, prescindindo-se, no entanto, de avaliação prévia e licitação.
- (D) autorização legislativa, avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de licitação.
- (E) avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de licitação, prescindindo-se de autorização legislativa.

19. O Município de São Paulo desapropriou, por meio de regular processo judicial, um terreno de grandes extensões para fins de implantação de programa habitacional para famílias de baixa renda. Após a expedição da competente carta de adjudicação e do lançamento do registro do imóvel em nome do Município, identificou-se que a região onde se situava o imóvel não mais apresentava demanda habitacional. Neste sentido, após a edição de lei autorizativa, a Municipalidade iniciou procedimento de concorrência para alienação onerosa do imóvel, comprometendo-se a destinar o produto da venda para aquisição de área em região mais apropriada, mantida a finalidade inicial, sem oferecer o bem, em preferência, ao expropriado. O procedimento adotado pela Municipalidade
- (A) não ensejou desvio de finalidade, sendo facultado ao expropriado o direito de pleitear no procedimento licitatório o reconhecimento de seu direito de preferência, não lhe assistindo, no entanto, fundamento para deduzir o reconhecimento de seu direito de retrocessão.
- (B) dá ensejo a que o expropriado pleiteie, judicialmente, a revogação do decreto expropriatório de seu imóvel, em face do inequívoco desvio de finalidade.
- (C) não ensejou desvio de finalidade e, como tal, não violou direito subjetivo do administrado, que deve concorrer pela aquisição do imóvel na licitação em igualdade de condições com outros interessados.
- (D) dá ensejo a que o expropriado demande em juízo o reconhecimento de seu direito de retrocessão.
- (E) demonstra ter havido adestinação em relação ao bem público, restando ao expropriado o direito de pleitear, judicialmente, as perdas e danos, que são presumidos.
20. Um empreendedor submeteu à aprovação de determinado Município projeto de loteamento, destinando ao empreendimento 25% de áreas públicas, sendo 10% para área verde, 10% para área institucional e 5% para o sistema viário. Foi determinada, pelas autoridades municipais competentes, a alteração do projeto para que passasse a contemplar 10% de sistema viário. Partindo-se do pressuposto que esta manifestação foi regular, pode-se afirmar ter sido
- (A) abrangida por competência discricionária da Municipalidade, que pode admitir compensação do percentual não destinado ao sistema viário independentemente do percentual estabelecido na lei de zoneamento ou no plano diretor.
- (B) consubstanciada em excesso de poder, tendo em vista que cabe à municipalidade disciplinar o sistema viário existente, sendo que as áreas particulares projetadas como vias lhe serão doadas somente quando do registro do empreendimento junto ao Registro de Imóveis.
- (C) fundada em competência legalmente atribuída ao Município para estabelecer, em lei de zoneamento ou plano diretor, o percentual de áreas públicas proporcionalmente à densidade de ocupação.
- (D) baseada em percentual de áreas públicas expressamente constante da Lei Federal nº 6.766/79 (Lei de Parcelamento do Solo).
- (E) baseada em legislação estadual regulamentadora da Constituição Estadual, que estabelece a necessidade de destinar 35% da gleba loteanda para áreas públicas.

<p>21. As agências reguladoras no Brasil por vezes são tratadas explicitamente na legislação federal como “autoridades administrativas independentes”. Essa independência não exige a sujeição de seus atos ao controle</p> <p>(A) dos três Poderes do Estado, devendo compatibilizar sua atuação com os mecanismos de controle previstos no ordenamento jurídico.</p> <p>(B) do Poder Legislativo, exclusivamente no que concerne às atribuições do Tribunal de Contas, excluídos o controle do Poder Executivo e do Poder Judiciário.</p> <p>(C) do Poder Judiciário, inclusive no que concerne à análise de mérito, excluídos o controle do Poder Legislativo e do Poder Executivo.</p> <p>(D) do Poder Legislativo, porque exercem função normativa, excluídos o controle do Poder Executivo e do Poder Judiciário.</p> <p>(E) do Poder Executivo criador das agências, porque dele receberam expressa delegação de parcela de poder, excluídos o controle do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.</p>	<p>24. Os atos de improbidade administrativa</p> <p>(A) estarão configurados na hipótese de prejuízo ao erário ou atentado contra os princípios da Administração Pública, independentemente de dolo ou culpa do agente.</p> <p>(B) poderão acarretar pena de perda dos direitos políticos, aplicada em sede de processo administrativo, no qual será garantido direito a ampla defesa.</p> <p>(C) poderão corresponder a crimes na legislação penal, hipótese em que a tramitação do processo administrativo disciplinar será sobrestada até o desfecho da ação penal.</p> <p>(D) estão configurados na hipótese de atentado contra os princípios da Administração Pública, ainda que não ocorra prejuízo ao erário.</p> <p>(E) são praticados exclusivamente por agentes públicos, assim considerados os servidores públicos, agentes políticos e os particulares em colaboração com o Poder Público.</p>
<p>22. É exemplo de ato administrativo praticado pela Administração Pública Municipal no exercício de seu poder de polícia preventivo:</p> <p>(A) interdição de estabelecimento comercial em funcionamento irregular.</p> <p>(B) apreensão de mercadorias comercializadas em bancas de comércio clandestino.</p> <p>(C) imposição de multa pela não apresentação de livros fiscais tempestivamente.</p> <p>(D) autorização para circulação excepcional de veículo durante o horário de rodízio.</p> <p>(E) declaração de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação.</p>	<p>25. É correto afirmar a respeito dos convênios:</p> <p>(A) têm como principal finalidade a eficiência na gestão, ficando a cargo de apenas um dos partícipes a fixação de metas a serem cumpridas.</p> <p>(B) o valor repassado ao conveniado fica vinculado à utilização prevista no ajuste, não perdendo a natureza de dinheiro público.</p> <p>(C) podem ser empregados para delegação de serviços públicos a empresas privadas.</p> <p>(D) são formados mediante associação pública entre as entidades signatárias, precedida da subscrição de protocolo das intenções firmadas.</p> <p>(E) deverão prever a remuneração destinada ao partícipe, quando tenham por objeto o fornecimento de equipamentos ou mão-de-obra, podendo-se invocar o reequilíbrio econômico-financeiro da avença.</p>
<p>23. Em convênio regularmente firmado entre Estado e Município que abrangeu a municipalização do ensino, ficou estabelecido que os imóveis que eram ocupados pelas escolas estaduais tivessem o uso permitido à Prefeitura. Determinado aluno de uma das escolas municipais em funcionamento nas condições do convênio acidentou-se nas escadas, transcorrendo longo período até que lhe fosse prestado o devido socorro. Considerando que este aluno alega ter sofrido seqüelas decorrentes da omissão de socorro e pretende ser indenizado por isto, deverá ajuizar ação de indenização em face</p> <p>(A) do Estado, que responderá sob a modalidade objetiva em razão da omissão de agente público, remanescendo-lhe direito de regresso em face da Municipalidade.</p> <p>(B) da Municipalidade, responsável em razão de ter assumido a posse do imóvel, que terá direito de regresso em face do Estado, dono da coisa.</p> <p>(C) do Estado, que responderá sob a modalidade subjetiva, uma vez que não estava na posse direta do imóvel.</p> <p>(D) da Municipalidade, responsável pelo uso do prédio e pela prestação do serviço público.</p> <p>(E) do Estado, que detém o domínio do imóvel, aduzindo responsabilidade do dono da coisa.</p>	<p>26. É correto afirmar em relação ao controle externo e interno da Administração Pública:</p> <p>(A) a anulação de ato administrativo ilegal somente poderá ser realizada por decisão judicial, em atendimento do princípio da segurança jurídica.</p> <p>(B) os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizem função administrativa, sujeitam-se ao controle interno e externo.</p> <p>(C) admite-se o controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários, salvo em relação aos motivos do ato.</p> <p>(D) no contexto da participação do usuário no controle da Administração, caberá à lei disciplinar o acesso a registros administrativos, excetuados os atos de governo.</p> <p>(E) os administrados podem provocar o procedimento de controle dos atos da Administração, hipótese esta restrita à proteção de seus respectivos interesses individuais.</p> <p>27. João, servidor público, que já completara a idade-limite para aposentadoria compulsória, continuou exercendo suas funções normalmente. A empresa “X”, desconhecida de tal circunstância, requereu licença, a qual foi expedida por João, nos termos da legislação vigente. O ato administrativo praticado é</p> <p>(A) válido, conforme esclarece a teoria da aparência.</p> <p>(B) inexistente, por força da supremacia do interesse público.</p> <p>(C) anulável, desde que a anulação seja requerida pelo interessado.</p> <p>(D) nulo, segundo o princípio da indisponibilidade do interesse público.</p> <p>(E) anulável, segundo o princípio da proporcionalidade.</p>

<p>28. Sentença judicial invalidou a demissão de servidor estável, resultando na sua reintegração no cargo, para ocupar a vaga anterior. Aludida vaga, atualmente, encontrava-se preenchida por outro servidor estável, originário de outro cargo, que deverá deixá-la, podendo-se aplicar a este a</p> <p>(A) reversão a cargo vago, observada a compatibilidade de atribuições.</p> <p>(B) realocação no cargo de origem.</p> <p>(C) recondução ao cargo de origem.</p> <p>(D) reversão ao cargo de origem.</p> <p>(E) transposição a cargo vago, observada a compatibilidade de atribuições.</p>	<p>32. Para que o ISS – imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência municipal e do Distrito Federal, seja exigido é necessário, dentre outros requisitos, que</p> <p>(A) seja caracterizado como obrigação de fazer, com conteúdo econômico.</p> <p>(B) tenha se iniciado no Brasil, ainda que concluído no exterior.</p> <p>(C) seja serviço público específico e divisível.</p> <p>(D) haja subordinação entre o prestador e o tomador do serviço.</p> <p>(E) seja presumida a sua prestação.</p>
<p>29. Antônio, ocupante de cargo em comissão, praticou ilícito administrativo. A Administração houve por bem exonerá-lo, indicando esse motivo. Pode-se dizer que o ato de exoneração</p> <p>(A) é irregular, devendo-se retificar os motivos da exoneração.</p> <p>(B) é válido porque atingiu a finalidade de sua edição.</p> <p>(C) é nulo, vez que não precedido de procedimento administrativo, com observância do contraditório e ampla defesa.</p> <p>(D) é válido, pouco importando os motivos consignados, vez que se trata de ato discricionário.</p> <p>(E) não é válido, vez que o motivo indicado não é pertinente ao ato praticado.</p>	<p>33. A transação e a remissão são causas de extinção do crédito tributário. Considerando estas duas causas, é correto afirmar que a</p> <p>(A) transação celebrada em sede de ação anulatória de débito fiscal depende apenas da homologação judicial do acordo.</p> <p>(B) superveniência da remissão, estando o crédito tributário já em fase de cobrança judicial, acarreta a extinção da execução fiscal.</p> <p>(C) transação em matéria tributária pode ser utilizada como forma de prevenir litígio, bastando que seja celebrada com autoridade administrativa competente.</p> <p>(D) remissão depende de lei do ente competente, podendo ser concedida em caráter geral, bastando a lei concessiva para que se beneficie do perdão.</p> <p>(E) remissão quando concedida em caráter geral gera direito adquirido, não sendo possível sua revogação, tal qual acontece com a moratória.</p>
<p>30. Como regra, a celebração de contratos administrativos pressupõe licitação, porém a lei também prevê casos de contratação direta. Nesse sentido, conforme a Lei nº 8.666/93 é</p> <p>(A) dispensável a realização de licitação para impressão dos diários oficiais, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.</p> <p>(B) dispensável a realização de licitação para contratação de profissionais de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p> <p>(C) hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.</p> <p>(D) inexigível a realização de licitação no caso de guerra ou grave perturbação da ordem.</p> <p>(E) inexigível a realização de licitação para aquisição de obras de arte, de autenticidade certificada, desde que compatíveis com as finalidades do órgão ou entidade.</p>	<p>34. Determinado Município que não possui plano diretor, institui mediante lei, o IPTU progressivo no tempo como forma de promover a função social da propriedade urbana. Segundo a lei instituidora do tributo, o proprietário de imóvel urbano localizado na zona central do Município e que tenha imóvel sem qualquer construção terá o prazo de um ano para regularizar a situação, sob pena de serem aplicadas alíquotas progressivas anuais de 1,5%, 3%, 6%, 9% e 12%. Haverá inconstitucionalidade deste imposto por</p> <p>I. faltar plano diretor municipal, exigido pela Constituição Federal para implementação destas medidas, dentre outras previstas para a Política Urbana.</p> <p>II. ser o direito de propriedade absoluto, não comportando exigências do Poder Público para que seja feita a edificação compulsória.</p> <p>III. desatender aos limites impostos pela Constituição Federal, para a variação de alíquotas, que não pode mais do que dobrar de um ano para outro.</p> <p>IV. ser o IPTU progressivo no tempo sanção, incompatível com a noção constitucional de tributo, que não pode ser sanção por ato ilícito.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I, II e IV.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Tributário e Financeiro</b></p> <p>31. Em relação aos impostos, haverá exceção aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal a majoração de</p> <p>(A) alíquotas do IR.</p> <p>(B) alíquotas do IOF.</p> <p>(C) base de cálculo do IPTU.</p> <p>(D) base de cálculo do IPVA.</p> <p>(E) alíquotas do IPI.</p>	

<p>35. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos</p> <p>(A) deverão ser pagos imediatamente, independente de ordem de preferência dos precatórios incluídos no orçamento seguinte.</p> <p>(B) impedem a inclusão de pagamento de novos precatórios na lei orçamentária do exercício seguinte.</p> <p>(C) justificam imediata intervenção estadual no Município.</p> <p>(D) integram a dívida pública mobiliária, para fins de aplicação dos limites das despesas.</p> <p>(E) integram a dívida pública fundada, para fins de aplicação dos limites da dívida pública.</p>	<p>38. Sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, de competência municipal, NÃO é correto afirmar:</p> <p>(A) não compreende serviço de transporte para fora dos limites do Município.</p> <p>(B) tem sua alíquota mínima fixada em 2% por Resolução do Senado Federal.</p> <p>(C) a concessão de isenção deve ser previamente regulada em lei complementar.</p> <p>(D) tem sua alíquota máxima fixada em 5% pela Lei Complementar nº 116/03.</p> <p>(E) não incide sobre serviços destinados ao exterior.</p>
<p>36. Determinado Município institui taxa de piscina cujo aspecto material da hipótese de incidência é ter piscina em imóvel localizado dentro do Município. A base de cálculo desta taxa é a dimensão em metros quadrados da piscina e a alíquota é de R\$ 1,00 por metro quadrado de piscina. O contribuinte é o proprietário do imóvel que possui piscina. Esta taxa</p> <p>(A) não será devida, porque não decorre de exercício regular de poder de polícia ou de prestação de serviço público, sendo fato gerador de imposto.</p> <p>(B) não será devida, porque a competência para instituição desta taxa é da União e não do Município.</p> <p>(C) será devida, por se tratar de uma taxa de polícia, decorrente da fiscalização que o Poder Público tem que realizar na construção de piscinas.</p> <p>(D) será devida, por se tratar de uma taxa de serviço, decorrente da prestação efetiva do serviço de água tratada fornecida para manter a piscina.</p> <p>(E) não será devida, por não ser admitida taxa com alíquota em espécie.</p>	<p>39. Um Prefeito Municipal, através de Decreto, corrige a base de cálculo do IPTU em 45% (quarenta e cinco por cento), em 31 de dezembro de 2007, para que seja aplicada a nova base de cálculo a partir de 01 de janeiro de 2008. Esta medida é</p> <p>(A) inconstitucional, porque a correção monetária de base de cálculo depende de lei, visto que acarreta a majoração do tributo, e também porque não foi observado o princípio da anterioridade nonagesimal.</p> <p>(B) inconstitucional, porque correção monetária de base de cálculo do IPTU deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, apesar de ser exceção ao princípio da legalidade.</p> <p>(C) constitucional, porque correção monetária de base de cálculo é exceção ao princípio da legalidade, por não se caracterizar como majoração, apesar de dever obediência ao princípio da anterioridade anual.</p> <p>(D) constitucional, porque além de poder ser feita por decreto a correção da base de cálculo, por ser exceção ao princípio da legalidade, é também exceção ao princípio da anterioridade anual.</p> <p>(E) inconstitucional, porque a correção monetária depende da indicação de índice de correção monetária, enquanto no fato apresentado houve verdadeira majoração da base de cálculo, violando, portanto, o princípio da legalidade.</p>
<p>37. Sobre a isenção é correto afirmar:</p> <p>(A) quando a concessão depender de medida de compensação por meio de aumento de receita tributária a isenção só entrará em vigor quando houver sido concluída a arrecadação com aumento da receita e este aumento for incluído na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, para passar a ser exigido no exercício em que a lei orçamentária anual vigorará.</p> <p>(B) é equiparada à diminuição de alíquota ou de base de cálculo e pode ser concedida em caráter específico, a par de certas condições do contribuinte, que deverá comprová-las perante autoridade administrativa, quando então a concessão somente poderá se dar por prazo certo.</p> <p>(C) quando considerada renúncia de receita, depende, dentre outros requisitos, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(D) é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo período concedido, além de depender para a concessão de despacho da autoridade administrativa competente, não podendo ser concedida diretamente pela lei.</p> <p>(E) pode ser concedida por medida provisória, de forma individual ou de forma específica e pode ser revogada por ato discricionário do poder executivo, em qualquer hipótese, por se tratar de forma de renúncia de receita que deve estar previamente prevista na lei orçamentária anual.</p>	<p>40. Sobre a execução fiscal, NÃO é possível afirmar:</p> <p>(A) haverá prescrição intercorrente, reconhecida de ofício pelo juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, depois de decorrido o prazo prescricional de cinco anos a contar do arquivamento dos autos da execução fiscal.</p> <p>(B) qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente, bem assim terá a Fazenda Pública isenção de custas processuais, apesar de responder pelos honorários sucumbenciais.</p> <p>(C) o único título executivo que instrui a execução fiscal é a certidão de dívida ativa, não se admitindo a instrução com cheque devolvido por insuficiência de fundos utilizado pelo contribuinte para pagamento de tributo.</p> <p>(D) caso não seja localizado o devedor, o juiz suspenderá imediatamente a execução fiscal, determinando o arquivamento dos autos pelo prazo de cinco anos ou até que o devedor seja localizado.</p> <p>(E) o executado será citado para, no prazo de 5 dias, pagar ou garantir a execução; o prazo para oposição de embargos à execução é de trinta dias, a contar da garantia do juízo por penhora, fiança bancária ou depósito.</p>

41. Um contribuinte pagou ISS indevidamente em 10.02.2006, cujo lançamento se deu por homologação. Segundo orientação atual do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para propositura e o *dies a quo* da ação para repetição do indébito será de

(A) 5 anos, a contar da homologação do pagamento.  
 (B) 5 anos, a contar da homologação expressa; ou 10 anos, a contar da ocorrência do fato gerador.  
 (C) 10 anos, a contar do pagamento antecipado.  
 (D) 5 anos, a contar do pagamento antecipado.  
 (E) até 10 anos, a contar da ocorrência do fato gerador.

42. Em relação às imunidades e isenções tributárias, é correto afirmar:

(A) a União e o Estado não podem ser sujeitos passivos, na qualidade de contribuintes, de contribuição de melhoria devida em razão de obra pública municipal que gera valorização de seus imóveis, por existir imunidade recíproca.  
 (B) o promitente comprador de imóvel de propriedade de autarquia municipal não se exonera da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel objeto da aquisição.  
 (C) o Município não paga IPVA e taxa de licenciamento de veículo em relação aos veículos automotores de sua propriedade em razão da imunidade recíproca.  
 (D) os serviços comunitários prestados por igreja evangélica são isentos de ISS por disposição expressa na Constituição Federal.  
 (E) é constitucionalmente devida a taxa de expediente para expedição de certidão em repartição pública municipal, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal do requerente.

43. Caberá sequestro de verba pública por ordem judicial na hipótese de

(A) garantia da execução contra a Fazenda Pública.  
 (B) não ser feito pagamento imediato, por precatório, dos créditos de pequeno valor e de natureza alimentar.  
 (C) não pagamento dos precatórios incluídos na lei orçamentária anual.  
 (D) preterimento do direito de precedência da ordem de pagamento dos precatórios.  
 (E) não serem encontrados bens dominiais da Fazenda Pública para serem penhorados.

44. Dentro do campo da repartição constitucional de receitas tributárias, é correto afirmar:

(A) até um quarto dos 25% de ICMS que o Estado arrecada pertence aos Municípios de acordo com o que dispuser lei estadual.  
 (B) até 50% do que o Estado recebe a título de IPI repassado pela União será devido aos Municípios.  
 (C) 50% do produto arrecadado pela União a título de imposto sobre a renda retido na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo Município a este pertence.  
 (D) 100% do produto arrecadado pela União a título de ITR pertence ao Município onde está localizada a propriedade rural.  
 (E) 75% do que o Estado arrecada a título de IPVA pertence ao Município de origem do licenciamento do veículo.

45. É correto afirmar:

(A) a aquisição judicial em processo de falência de estabelecimento industrial afasta a responsabilidade tributária do adquirente se este for sócio de sociedade controlada pelo devedor falido.  
 (B) a dissolução irregular de sociedade não acarreta a responsabilidade pessoal do sócio-gerente pelos débitos da empresa, na qualidade de substituto, em razão da prática de ato com infração de lei, mas sim responsabilidade solidária de todos os sócios, na liquidação da sociedade de pessoas.  
 (C) o sucessor a qualquer título é responsável pelos tributos cujos fatos geradores ocorreram até a data da partilha ou adjudicação, mas a responsabilidade será afastada em relação a fatos geradores ocorridos até a data da abertura da sucessão, que será de responsabilidade única do espólio.  
 (D) não haverá responsabilidade do adquirente de imóvel por tributos decorrentes da propriedade, posse ou domínio útil do imóvel, bem assim de taxas ou contribuições de melhoria referentes a tais bens se o alienante assume a obrigação pelos débitos em atraso em escritura pública de compra e venda.  
 (E) na falência, os tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência somente serão pagos após o pagamento de outros créditos extraconcursais elencados na Lei de falência, dentre eles as remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares.

**Direito Processual Civil**

46. A competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo é

(A) do Superior Tribunal de Justiça.  
 (B) do Supremo Tribunal Federal.  
 (C) das Varas Cíveis da Capital.  
 (D) das Varas da Fazenda Pública da Capital.  
 (E) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

47. Em ação civil pública, promovida pelo Município de São Paulo, o Estado de São Paulo foi citado, como réu, para promover obras imprescindíveis de recuperação do solo urbano com a finalidade de eliminar danos causados ao meio ambiente pela própria administração pública estadual em área geográfica do Município. Neste caso

(A) o pedido deverá ser julgado improcedente porque ao Poder Executivo estadual cabe a conveniência e a oportunidade de realizar atos físicos de administração.  
 (B) o pedido poderá ser julgado procedente se houver provas concretas dos prejuízos e estiver tecnicamente comprovado ser imprescindível a realização das obras para proteção ambiental.  
 (C) o Município é carecedor da ação, sendo parte ilegítima ativa para a causa, porque a tutela pretendida não tem pertinência temática com a competência municipal prevista na Constituição Federal.  
 (D) o Estado de São Paulo é parte ilegítima passiva para a causa e o processo deve ser extinto sem resolução do mérito porque não pode a pessoa jurídica de menor grau infirmar o interesse público do Estado.  
 (E) o processo deverá ser extinto, sem resolução do mérito, por impossibilidade jurídica do pedido, porque o Poder Judiciário não pode ordenar a realização de obras pelo Poder Executivo estadual, ainda que imprescindíveis para o meio ambiente.



<p>48. Em ação ordinária com sentença condenatória ilíquida, na pendência de apelação recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo</p> <p>(A) não podem ser realizadas a liquidação de sentença e a execução provisória.</p> <p>(B) podem ser realizadas a liquidação de sentença e a execução definitiva.</p> <p>(C) pode ser instaurada apenas a execução provisória.</p> <p>(D) pode ser realizada a hipoteca judiciária.</p> <p>(E) podem ser realizadas a hipoteca judiciária e a execução provisória.</p>	<p>52. Em ação de divisão, quando eram realizadas atos decorrentes de negócio extrajudicial, atos estes materiais e preparatórios da partilha, o imóvel do confinante ficou sujeito à partilha. O confinante ingressou com embargos de terceiro por não ser parte da ação, por ter sido seu imóvel sujeito a atos materiais na partilha, e sustentou a proteção da posse advinda do compromisso de compra e venda do imóvel, ainda que desprovido de registro. Neste caso,</p> <p>(A) cabem os embargos de terceiro fundados em posse advinda do compromisso de compra e venda não registrado e porque os atos de partilha não são decorrentes de constrição judicial.</p> <p>(B) não cabem embargos de terceiro à sujeição do imóvel a atos materiais preparatórios da partilha, porque a promessa de compra e venda não foi inscrita no registro de imóveis.</p> <p>(C) não cabem os embargos de terceiro, realizando-se a defesa da posse por meio de ação de nunciação de obra nova, no exercício de direito de vizinhança.</p> <p>(D) não cabem embargos de terceiro, realizando-se a defesa da posse por meio de ação de oposição, como terceiro opoente.</p> <p>(E) não cabem embargos de terceiro, porque a constrição decorreu de negócio extrajudicial, realizando-se a defesa da posse por meio de ações possessórias.</p>
<p>49. A sentença que julgar procedente ação popular, onde são litisconsortes passivos a Câmara de Vereadores e o Município,</p> <p>(A) estará sujeita à apelação recebida apenas em seu efeito devolutivo.</p> <p>(B) produzirá efeito imediato se não for recorrida por apelação.</p> <p>(C) estará sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição.</p> <p>(D) estará sujeita a agravo de instrumento.</p> <p>(E) se fizer coisa julgada, não terá eficácia <i>erga omnes</i>.</p>	
<p>50. Em determinado Município, em que o serviço de coleta de esgotos sanitários depende de expressa solicitação da parte interessada, a concessionária dos serviços de coleta de esgotos sanitários promoveu ação monitoria relativa a valores não pagos nos respectivos vencimentos por particular. Os serviços haviam sido solicitados pelo réu e se caracterizavam pela individualidade e possibilidade de mensuração, havendo fruição específica e a cobrança se realizava de forma individualizada. Com a petição inicial foram juntadas as segundas vias das faturas de consumo não quitadas. Neste caso,</p> <p>(A) cabe ação monitoria por tratar-se de preço público ou de tarifa, consubstanciando, assim, contraprestação de caráter não-tributário, à qual devem ser aplicadas as regras de direito privado.</p> <p>(B) não cabe ação monitoria porque o Município ou seus concessionários são partes ilegítimas ativas para esta modalidade de ação.</p> <p>(C) não cabe ação monitoria por tratar-se de taxa de serviço, com prestação pecuniária compulsória, e cobrança do crédito vinculada ao lançamento e inscrição em dívida ativa e cobrança em execução fiscal.</p> <p>(D) cabe ação monitoria por tratar-se de taxa de serviço, com prestação pecuniária compulsória e cobrança do crédito vinculada aos valores constantes das faturas mensais.</p> <p>(E) não cabe ação monitoria porque as faturas mensais não têm eficácia executiva, não servindo como elemento probante apto a instruir o feito monitorio.</p>	<p>53. Em execução de sentença contra a Fazenda Pública Municipal, que se processa no primeiro grau de jurisdição,</p> <p>(A) a exceção de incompetência relativa do juízo será oferecida antes dos embargos, no prazo de cinco dias, contados da data da citação, sob pena de preclusão da exceção.</p> <p>(B) os embargos não poderão versar sobre a incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz.</p> <p>(C) as exceções de incompetência do juízo, de impedimento ou suspeição do juiz, serão oferecidas juntamente com os embargos, no prazo dos embargos.</p> <p>(D) a exceção de suspeição do juiz será oferecida posteriormente aos embargos, no prazo de quinze dias, contados da juntada dos embargos, sob pena de preclusão da exceção.</p> <p>(E) a exceção de impedimento do juiz será oferecida no prazo de cinco dias contados da data da juntada do mandado de citação, sob pena de preclusão da exceção.</p>
<p>51. Em execução de título extrajudicial é lícito aos descendentes do executado</p> <p>(A) remir todos ou quaisquer bens penhorados, depositando o preço por que foram alienados, em qualquer prazo.</p> <p>(B) adjudicar os bens penhorados, exercendo este direito depois de expedido o auto de arrematação.</p> <p>(C) adjudicar os bens penhorados, oferecendo preço não inferior ao da avaliação.</p> <p>(D) remir todos ou quaisquer bens penhorados, exercendo este direito no prazo de cinco dias, que mediar entre a arrematação dos bens em praça e a assinatura do auto.</p> <p>(E) remir todos ou quaisquer bens penhorados, exercendo este direito no prazo de vinte e quatro (24) horas, que mediar entre a arrematação dos bens em praça e a assinatura do auto.</p>	<p>54. Decorrido o prazo de prescrição para ilícito praticado por servidor público municipal, que causou prejuízo ao erário, a Fazenda Municipal promoveu a respectiva ação de ressarcimento, invocando o direito da Administração à indenização do prejuízo causado ao erário. O servidor, ao contestar, alegou que o prazo de prescrição estabelecido em lei para o ilícito havia decorrido sem o exercício da pretensão condenatória penal contra ele, devendo a ação ser extinta com resolução de mérito, pronunciando-se a prescrição da ação de ressarcimento. Neste caso,</p> <p>(A) a ação de ressarcimento somente fica sujeita à decadência que não foi alegada nem pode ser decretada de ofício.</p> <p>(B) o prazo da ação de ressarcimento de ato ilícito que cause prejuízo ao erário é de decadência e corre juntamente com o de prescrição do ato ilícito, podendo ser declarada de ofício.</p> <p>(C) a ação de ressarcimento não está prescrita.</p> <p>(D) a ação de ressarcimento está prescrita, porque o prazo de prescrição para o ilícito praticado já decorreu, mas a prescrição não pode ser declarada de ofício.</p> <p>(E) a ação de ressarcimento está prescrita, porque o prazo de prescrição para ilícito praticado já decorreu e a prescrição da ação pode ser declarada de ofício.</p>

55. É parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade de ato normativo do Município de São Paulo, contestado em face da Constituição do Estado de São Paulo, no âmbito de seu interesse:

- (A) o Procurador-Geral do Estado.
- (B) o Presidente da Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) o Município de São Paulo.
- (D) o Procurador-Geral do Município.
- (E) a Mesa da Câmara Municipal.

56. O Município de São Paulo poderá desistir do processo de desapropriação unilateralmente, procedendo à revogação do decreto expropriatório, à devolução do imóvel não utilizado e ao pagamento das custas processuais, da verba honorária e de juros compensatórios, até

- (A) a ocorrência do trânsito em julgado, com o esgotamento dos recursos ou o julgamento da remessa obrigatória.
- (B) a juntada da contestação.
- (C) o início do julgamento da apelação no Tribunal de Justiça.
- (D) o pagamento do preço e a transferência definitiva do domínio do bem ao Município.
- (E) a interposição do recurso de apelação ou o processamento da remessa obrigatória.

57. Mário, que não tem domicílio certo, aliena os bens que possui sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública Municipal, quando exigível em virtude de lei. Antes da constituição do crédito tributário, a Fazenda Pública Municipal, para obter a indisponibilidade patrimonial dos bens do sujeito passivo do crédito tributário, poderá requerer

- (A) medida cautelar fiscal sem prova literal da constituição do crédito tributário e sem justificação prévia.
- (B) medida cautelar fiscal com a prova documental da transferência dos bens e prestação de caução.
- (C) arresto cautelar independentemente da justificação prévia e da prévia constituição do crédito tributário.
- (D) arresto cautelar necessariamente com prova da alienação dos bens e independente da prévia constituição do crédito tributário.
- (E) arresto cautelar com a justificação prévia e prestação de caução.

58. Em execução de título extrajudicial, recebidos os embargos do executado com efeito suspensivo, e julgados improcedentes por sentença proferida em conformidade com súmula do Tribunal de Justiça, a execução prosseguirá como

- (A) provisória, na pendência de apelação que será recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (B) definitiva, e o juiz receberá a apelação se estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- (C) definitiva, na pendência da apelação, que será recebida apenas no efeito devolutivo.
- (D) definitiva, e o juiz não receberá a apelação porque a sentença está em conformidade com súmula.
- (E) provisória, na pendência de apelação que será recebida apenas no efeito devolutivo.

Instruções: Nas questões de números 59 e 60 são apresentadas cinco assertivas referentes a um assunto. Para responder a cada uma das questões use a seguinte chave:

- (A) I, II, III, IV e V estão corretas.
- (B) Somente II, III, IV e V estão corretas.
- (C) Somente III, IV e V estão corretas.
- (D) Somente I e III estão corretas.
- (E) Somente I e II estão corretas.

59. Retificação de registro imobiliário.

- I. O registro feito em decorrência de sentença proferida em processo contencioso poderá ser retificado por sentença proferida em procedimento de jurisdição voluntária.
- II. O registro não poderá ser retificado por efeito de julgado sobre fraude à execução.
- III. O registro poderá ser retificado por efeito do julgado de ação de anulação.
- IV. O registro poderá ser retificado por efeito de ação de declaração de nulidade de ato jurídico.
- V. O registro poderá ser anulado por sentença em processo contencioso.

60. Nunciação de obra nova e demolição.

- I. A ação de nunciação de obra nova compete ao Município a fim de impedir que o particular construa em contravenção de postura.
- II. É lícito ao juiz conceder o embargo liminarmente na nunciação de obra nova.
- III. Deferido o embargo, o nunciado, a fim de prosseguir obra nova levantada contra determinação de regulamentos administrativos, prestará caução e demonstrará prejuízo resultante do embargo.
- IV. A diversidade de requisitos entre a ação de nunciação de obra nova e a ação demolitória impede que possa ser feita a conversão de uma em outra, quando erroneamente ajuizada.
- V. Uma vez concluída a obra, não é cabível nunciação de obra nova, nem ação demolitória.

#### Direito Civil e Comercial

61. Em matéria de conflitos de vizinhança aplica-se a seguinte regra:

- (A) Não tem o proprietário ou possuidor de um prédio o direito de fazer cessar interferências prejudiciais a seu sossego, provocadas pela utilização de propriedade vizinha, e tampouco indenização delas decorrentes, se as interferências forem justificadas por interesse público.
- (B) O proprietário tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição ou a reparação deste, quando ameace ruína, mas igual direito não tem o possuidor que só poderá exigir a prestação de caução.
- (C) Quando, por sentença judicial transitada em julgado, devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho prejudicado exigir cabal indenização, mas não mais lhe assistirá o direito de exigir a redução das interferências, ainda que isto se torne possível.
- (D) Ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis.
- (E) Somente o possuidor e o detentor de um prédio têm o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança ou à saúde dos que o habitam, provocadas por utilização de propriedade vizinha, mas igual direito não assiste ao proprietário que não seja possuidor.

<p>62. Na solidariedade passiva</p> <p>(A) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente em dinheiro, inclusive as perdas e danos.</p> <p>(B) o devedor demandado pode opor as exceções que forem pessoais de qualquer dos co-devedores.</p> <p>(C) a interrupção da prescrição efetuada contra um dos devedores envolve os demais e seus herdeiros.</p> <p>(D) a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará renúncia da solidariedade.</p> <p>(E) se um dos devedores falecer deixando herdeiros, cada um destes será obrigado pela dívida toda, mesmo que a obrigação seja divisível.</p>	<p>65. João, com 65 anos de idade, viúvo e já possuindo os filhos Antônio e Pedro, casou-se com Maria, solteira e sem filhos, que contava à época 25 anos. Dois anos após, João e Maria adotaram Joana, com 01 ano de idade. João faleceu, quando Joana estava com 03 anos, porém havia autorizado a esposa a submeter-se a inseminação artificial heteróloga, do que nasceu o filho José, um mês antes da morte de João. Neste caso, participarão da herança de João</p> <p>(A) em igualdade de condições Antônio, Pedro, Joana e José, mas não participará Maria.</p> <p>(B) Antônio, Pedro, Joana e José, sendo que a Maria caberá, por herança, 25% dos bens do marido.</p> <p>(C) somente Antônio, Pedro e Joana em igualdade de condições, sendo que a Maria caberá, por herança, 25% dos bens do marido.</p> <p>(D) apenas Antônio e Pedro.</p> <p>(E) Maria, com 50% dos bens adquiridos após o casamento, e em igualdade de condições Antônio, Pedro, Joana e José.</p>
<p>63. José vendeu um imóvel para Pedro, no valor de R\$ 120.000,00, cujo pagamento se fará em doze prestações mensais, sendo a escritura pública registrada no Serviço de Registro de Imóveis. Neste caso, a</p> <p>(A) resilição bilateral é vedada se o contrato estiver sujeito à cláusula de irretroatividade.</p> <p>(B) quitação da última parcela firmará presunção absoluta do pagamento das anteriores.</p> <p>(C) resilição bilateral e a quitação necessariamente terão de dar-se por escritura pública.</p> <p>(D) resilição bilateral terá de dar-se por escritura pública, mas a quitação pode ser dada por instrumento particular.</p> <p>(E) resilição bilateral e a quitação poderão dar-se por instrumento particular.</p>	<p>66. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano</p> <p>(A) mas a indenização será indevida sempre que ficar provado que o autor da ofensa agiu em estado de necessidade.</p> <p>(B) mas a indenização ficará excluída sempre que o autor do dano vier a ser absolvido em ação penal pelo mesmo fato.</p> <p>(C) mas se o ofensor for incapaz e não tendo seus responsáveis obrigação de indenizar ou não dispuserem de meios suficientes, a indenização será indevida.</p> <p>(D) e, se tiver mais de um autor, o valor da indenização terá caráter de obrigação conjunta.</p> <p>(E) e, se tiver mais de um autor, entre eles existirá solidariedade.</p>
<p>64. Considere as disposições legais abaixo.</p> <p><b>Lei de Introdução ao Código Civil</b></p> <p>“Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.</p> <p>§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo préfixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbitrio de outrem.”</p> <p>“Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.</p> <p>§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.”</p> <p><b>Código Civil</b></p> <p>“Art. 125 Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.”</p> <p>“Art. 435 Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.”</p> <p>É correto afirmar que</p> <p>(A) o Código Civil revogou, apenas, o § 2º do artigo 9º, mas não o § 2º do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.</p> <p>(B) todas as disposições legais transcritas acham-se em vigor, porque inexistente incompatibilidade entre qualquer delas em relação a outra.</p> <p>(C) as disposições transcritas da Lei de Introdução ao Código Civil acham-se em vigor, porque os artigos 125 e 435 do Código Civil consideram-se inconstitucionais.</p> <p>(D) os artigos 125 e 435 do Código Civil, por serem posteriores, revogaram os parágrafos 2º dos artigos 6º e 9º da Lei de Introdução ao Código Civil.</p> <p>(E) o Código Civil revogou, apenas, o § 2º do artigo 6º, mas não o § 2º do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil.</p>	<p>67. Analise as seguintes afirmativas:</p> <p>I. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.</p> <p>II. O silêncio sempre importará anuência, como manifestação da vontade, quando as circunstâncias ou os usos locais o autorizarem.</p> <p>III. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.</p> <p>IV. A inobservância da forma prescrita em lei determina a nulidade relativa dos negócios jurídicos, porque a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.</p> <p>V. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando exposto como razão determinante.</p> <p>Estão corretas as afirmativas</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e V.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>

<p>68. A duplicata é um título de crédito</p> <p>(A) causal, que só pode ser emitido para documentar a venda e compra mercantil.</p> <p>(B) que consubstancia promessa de pagamento à vista, admite endosso e pode ser levado a protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento.</p> <p>(C) que pode ser extraído para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador, e ser levado a protesto por falta de aceite, de devolução ou de pagamento.</p> <p>(D) formal, que só admite protesto por falta de pagamento.</p> <p>(E) causal, que só pode ser emitido para documentar a prestação de serviços por empresários individuais ou sociedades empresárias.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direitos Difusos e Coletivos</b></p> <p>71. O Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) decidiu iniciar processo de tombamento de um imóvel situado na Avenida Angélica, na cidade de São Paulo.</p> <p>NÃO se enquadra como possível "considerando" da Resolução relativa ao tombamento deste imóvel:</p> <p>(A) "Considerando o seu valor histórico e documental com significativo testemunho de um modo de morar paulistano de classe média do início do século 20 e um dos últimos remanescentes deste tipo de moradia na região próxima do espigão da Avenida Paulista."</p> <p>(B) "Considerando o valor arquitetônico e técnico-construtivo da antiga residência X, localizada na Avenida Angélica, assim conhecida devido ao seu antigo construtor e proprietário, o artesão e imigrante alemão X."</p> <p>(C) "Considerando o valor que as peças construídas nas oficinas da residência pelo artesão e imigrante alemão que lá vivia têm para o folclore e a cultura alemãs."</p> <p>(D) "Considerando o valor ambiental do conjunto residência-vegetação na paisagem local, sobretudo pela grande verticalização existente na porção final da Avenida Angélica."</p> <p>(E) "Considerando o valor urbanístico definido pela implantação da construção em exíguo terreno, com características dimensionais que ainda guardam resquícios do parcelamento do solo da época colonial."</p>
<p>69. Classificam-se como sociedades não personificadas a sociedade</p> <p>(A) em comum e a em conta de participação.</p> <p>(B) simples e a limitada.</p> <p>(C) limitada e a em comandita por ações.</p> <p>(D) cooperativa e a anônima.</p> <p>(E) em nome coletivo e a em comandita simples.</p>	<p>72. O Conselho Tutelar é órgão permanente</p> <p>(A) vinculado à Secretaria Municipal incumbida de zelar pelo conjunto dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco (05) membros, eleitos pela comunidade local para mandato com o prazo fixado pela Lei Orgânica do Município.</p> <p>(B) composto de, no mínimo, cinco (05) membros indicados pela Câmara Municipal entre residentes no município, com idade superior a vinte e um (21) anos e de reconhecida idoneidade moral, incumbido de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>(C) que será criado pelos municípios, composto por, no mínimo, dez (10) membros, eleitos pela comunidade local, para mandato de quatro (04) anos, incumbido de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>(D) vinculado ao Juizado da Infância e da Juventude, encarregado de zelar pelo conjunto dos direitos da criança e do adolescente, definidos em lei.</p> <p>(E) e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento de direitos da criança e do adolescente.</p>
<p>70. Analise as seguintes afirmativas a respeito da recuperação judicial e da falência das sociedades empresárias:</p> <p>I. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial interrompe o curso da prescrição e suspende todas as ações e execuções em face do devedor.</p> <p>II. Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes do litígio com o devedor.</p> <p>III. Na classificação dos créditos na falência, os créditos decorrentes da legislação do trabalho, limitados a 150 salários mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho preferem aos créditos tributários, mas estes não preferem aos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.</p> <p>IV. O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, dele sendo excluídas, apenas, as causas fiscais.</p> <p>V. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.</p> <p>Estão corretas as afirmativas</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I, IV e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II, III e V.</p>	<p>73. Considere as seguintes situações:</p> <p>I. Ação judicial movida em face de a municipalidade com vistas a impedir a construção de uma indústria que acarretaria poluição de determinado córrego.</p> <p>II. Ação judicial movida em face de a municipalidade visando reconhecer a inconstitucionalidade da instituição de determinada taxa municipal.</p> <p>III. Ação judicial movida em face de a municipalidade com vistas a garantir que a composição de determinado conselho municipal obedeça às disposições de lei municipal.</p> <p>As situações apresentadas podem ser, respectivamente, de interesse</p> <p>(A) difuso; individual homogêneo; coletivo.</p> <p>(B) coletivo; difuso; individual homogêneo.</p> <p>(C) difuso; coletivo; individual homogêneo.</p> <p>(D) coletivo; individual homogêneo; difuso.</p> <p>(E) individual homogêneo; coletivo; difuso.</p>

<p>74. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica, total ou parcialmente, às seguintes pessoas e situações:</p> <p>(A) concessionárias de serviço público de transporte, nas relações com seus passageiros.</p> <p>(B) sociedades de economia mista, nas relações com seus acionistas.</p> <p>(C) empresas públicas que exercem atividades bancárias, nas suas relações com clientes pessoas jurídicas.</p> <p>(D) pessoas jurídicas de direito público, quando prestam diretamente o serviço de fornecimento de água.</p> <p>(E) entidades privadas de ensino superior, cujos cursos são autorizados diretamente pelo Ministério da Educação, nas relações com seus alunos.</p>	<p>79. Em uma loja de um determinado <i>shopping center</i>, Caio adquire um vestido para presentear sua mãe. Todavia, ao entregar o presente, verifica que a mãe já tinha uma peça muito semelhante da mesma cor. Dez dias depois, Caio retorna à loja, a fim de substituir o vestido por outro de cor diferente. A loja, no entanto, se recusa a realizar a troca, alegando que aquele estabelecimento nunca permitiu trocas de roupas sem defeitos. Nesse caso,</p> <p>(A) a recusa da loja será ilegítima, se a troca for permitida em outras lojas do mesmo <i>shopping center</i>.</p> <p>(B) Caio poderia exigir a restituição da quantia paga, sob pena de enriquecimento sem causa do comerciante.</p> <p>(C) a recusa é legítima, pois o consumidor só tem o direito de realizar a troca no prazo de 7 dias a contar da data em que adquire o produto.</p> <p>(D) a recusa é legítima, pois não há previsão legal para a troca de produtos que se apresentam em perfeito estado.</p> <p>(E) a recusa da loja é ilegítima, porque o Código de Defesa do Consumidor garante ao consumidor o direito de exigir a substituição nessa hipótese.</p>
<p>75. Nas relações contratuais de consumo, podem ser consideradas abusivas, dentre outras, as cláusulas contratuais que</p> <p>(A) prevejam a possibilidade de reembolso dos custos de cobrança das obrigações das partes.</p> <p>(B) prevejam a renúncia pelo fornecedor do direito de indenização por benfeitorias voluptuárias.</p> <p>(C) infrinjam ou tenham o potencial de acarretar a infração de normas ambientais.</p> <p>(D) deixem ao fornecedor a opção de celebrar ou não o contrato, ainda que sem obrigar o consumidor.</p> <p>(E) autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, ainda que o mesmo direito seja conferido ao consumidor.</p>	<p>80. Analise as seguintes afirmativas:</p> <p>I. As instituições filantrópicas prestadores de serviços ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.</p> <p>II. Poderão ser criadas varas especializadas e exclusivas do idoso.</p> <p>III. A prioridade na tramitação dos processos concedida ao idoso cessa com a morte do beneficiado.</p> <p>IV. A prioridade concedida ao idoso na tramitação dos processos judiciais não se estende aos procedimentos na Administração Pública.</p> <p>V. As ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes ao oferecimento insatisfatório de serviços de saúde serão propostas no foro do domicílio do idoso.</p> <p>Estão corretas as afirmativas</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, II e V.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>76. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária, porém, deverão estar na companhia dos pais ou responsáveis se menores de</p> <p>(A) dezesseis anos.</p> <p>(B) quinze anos.</p> <p>(C) quatorze anos.</p> <p>(D) doze anos.</p> <p>(E) dez anos.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito do Trabalho e Previdenciário</b></p> <p>81. Uma empresa encerrou suas atividades em razão de ato de desapropriação do Poder Público e por consequência os contratos de trabalho foram rescindidos, por</p> <p>(A) culpa recíproca, ficando o empregador responsável pelo pagamento da metade da indenização devida aos empregados.</p> <p>(B) rescisão sem justa causa, incumbindo ao órgão expropriante e ao empregador, em partes iguais, o pagamento de indenização devida aos empregados.</p> <p>(C) <i>factum principis</i>, incumbindo ao órgão expropriante o pagamento da indenização devida aos empregados.</p> <p>(D) rescisão indireta, ficando o empregador responsável pelo pagamento da indenização devida aos empregados.</p> <p>(E) força maior, sendo indevida qualquer indenização aos empregados.</p>
<p>77. O meio ambiente ecologicamente equilibrado</p> <p>(A) se insere entre os bens dominiais da União, mas cuja defesa compete, também, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.</p> <p>(B) constitui bem de uso comum do povo, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.</p> <p>(C) não é considerado pela Constituição Federal como bem, porque se acha fora do comércio.</p> <p>(D) é considerado pela Constituição Federal como bem público, cuja defesa compete exclusivamente à União.</p> <p>(E) não se considera bem de uso comum do povo, porque sua defesa impõe restrições ao direito de propriedade.</p>	
<p>78. No caso de não pagamento de tarifa de energia elétrica, a suspensão desse serviço público, quando prestado por empresa privada através de contrato de concessão,</p> <p>(A) deve ser precedida de processo administrativo presidido pelo órgão regulador.</p> <p>(B) depende de decisão judicial.</p> <p>(C) é ilícita, pois o Código de Defesa do Consumidor determina que todos os serviços públicos devem ser eficientes e contínuos.</p> <p>(D) é lícita, desde que o inadimplemento perdure por mais de 1 ano.</p> <p>(E) é lícita, desde que seja precedida de aviso prévio e não haja prejuízo para a coletividade.</p>	

<p>82. A Prefeitura Municipal contrata regularmente serviço de vigilância de empresa prestadora de serviços. Na hipótese de um empregado desta empresa terceirizada ingressar com reclamação trabalhista contra a empregadora e contra a Municipalidade, é correto afirmar quanto às obrigações trabalhistas do reclamante:</p> <p>(A) a empregadora é responsável principal e a Prefeitura Municipal é responsável subsidiária.</p> <p>(B) apenas a Prefeitura Municipal é responsável, por expresso dispositivo legal da Constituição Federal.</p> <p>(C) são ambas responsáveis solidárias.</p> <p>(D) apenas a empregadora é responsável, por expresso dispositivo legal da Constituição Federal.</p> <p>(E) a Prefeitura Municipal é responsável principal e a empregadora é responsável subsidiária.</p>	<p>86. É princípio explícito da seguridade social na Constituição de 1988:</p> <p>(A) retributividade na prestação dos benefícios e serviços.</p> <p>(B) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com a participação de trabalhadores e empregadores nos órgãos colegiados.</p> <p>(C) irredutibilidade do valor das contribuições.</p> <p>(D) desnecessidade de fonte de custeio total para criação de benefícios.</p> <p>(E) universalidade da cobertura e do atendimento.</p>
<p>83. O contrato de experiência se transforma automaticamente em contrato por prazo indeterminado quando</p> <p>(A) é celebrado por prazo superior a 30 dias.</p> <p>(B) o seu término coincide com domingo ou feriado e a rescisão ocorre no primeiro dia útil posterior a ele.</p> <p>(C) é anotado na Carteira Profissional do empregado.</p> <p>(D) tem por objeto a consecução da atividade fim da empresa.</p> <p>(E) é prorrogado uma única vez.</p>	<p>87. Relativamente a seus regimes próprios de previdência social de servidores públicos, os Municípios:</p> <p>(A) poderão excluir do custeio do regime os entes públicos, deixando-o a cargo exclusivo dos servidores ativos e de inativos e pensionistas.</p> <p>(B) deverão instituir contribuição para inativos e pensionistas, fixando alíquota inferior à estabelecida para os servidores titulares de cargos efetivos.</p> <p>(C) poderão arcar integralmente com o custeio das aposentadorias, deixando de instituir contribuição para os servidores titulares de cargo efetivo.</p> <p>(D) deverão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, cuja alíquota não será inferior à da contribuição do servidor titular de cargo efetivo da União.</p> <p>(E) deverão instituir contribuição para os servidores ativos titulares de cargo efetivo, podendo excluir do custeio do regime os inativos e pensionistas, independentemente do valor dos proventos de aposentadoria e das pensões.</p>
<p>84. Nas ações movidas perante a Justiça do Trabalho contra a Fazenda Pública, em regra, constitui garantia:</p> <p>(A) o prazo em dobro só para recurso ordinário e recurso de revista <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(B) recurso ordinário, recurso de revista e agravos <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(C) o prazo em dobro para recurso, com dispensa do depósito prévio recursal, além de recurso ordinário <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(D) o prazo em dobro só para recurso ordinário, com dispensa do depósito prévio e recurso ordinário <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(E) o prazo em quádruplo para recurso, e recurso ordinário <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p>	<p>88. Mário, Daniel e Douglas são empregados da empresa "X". Mário, após cinco meses de sua contratação, pediu demissão por ter recebido proposta de trabalho mais vantajosa; Daniel, após dois anos e quatro meses de sua contratação, foi dispensado sem justa causa e Douglas, após um ano e três meses de sua contratação foi dispensado com justa causa em razão de ter cometido falta grave tipificada pela Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto às férias proporcionais,</p> <p>(A) apenas Mário terá direito.</p> <p>(B) apenas Daniel e Douglas terão direito.</p> <p>(C) apenas Mário e Daniel terão direito.</p> <p>(D) Mário, Daniel e Douglas terão direito.</p> <p>(E) apenas Daniel terá direito.</p>
<p>85. Uma empresa, de forma reiterada, paga os salários dos empregados com atraso. Esta conduta caracteriza</p> <p>(A) infração administrativa e sujeita a empresa à interdição pelo Ministério do Trabalho.</p> <p>(B) infração administrativa e autoriza os empregados a pleitearem em Juízo a suspensão do contrato de trabalho até a regularização do pagamento.</p> <p>(C) falta grave do empregador e autoriza os empregados a pleitearem em Juízo a homologação do pedido de demissão.</p> <p>(D) falta grave do empregador e autoriza os empregados a pleitearem em Juízo a declaração da despedida indireta, com o pagamento das respectivas indenizações.</p> <p>(E) infração administrativa e sujeita a empresa ao pagamento da multa imposta pela Delegacia Regional do Trabalho.</p>	<p>89. Considere as seguintes assertivas a respeito da alteração do contrato de trabalho:</p> <p>I. É alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.</p> <p>II. É lícita a transferência dos empregados cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.</p> <p>III. O adicional de transferência de 20% sobre o salário contratual será devido quando ocorrer a transferência definitiva ou provisória de empregado.</p> <p>IV. Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

<p>90. O limite máximo das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência dos servidores titulares de cargo efetivo do Município</p> <p>(A) pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, apenas se lei municipal extinguir o regime próprio de previdência do Município.</p> <p>(B) pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, desde que lei municipal institua regime de previdência complementar àqueles servidores.</p> <p>(C) pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, desde que decreto municipal institua regime de previdência complementar àqueles servidores.</p> <p>(D) não pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, ainda que norma municipal institua regime de previdência complementar àqueles servidores.</p> <p>(E) deve ser igual ao valor máximo dos benefícios do INSS, independentemente do disposto em norma municipal.</p>	<p>95. O inquérito policial</p> <p>(A) tem rito próprio.</p> <p>(B) interrompe o prazo para o oferecimento da queixa nos crimes de ação privada.</p> <p>(C) é passível de trancamento por meio de <i>habeas corpus</i> quando o fato investigado for atípico.</p> <p>(D) obedece ao contraditório.</p> <p>(E) é indispensável para a propositura da ação penal.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Penal e Processual Penal</b></p> <p>91. Exclui a culpabilidade, em decorrência da não-imputabilidade,</p> <p>(A) a emoção.</p> <p>(B) a embriaguez não-acidental.</p> <p>(C) a coação moral irresistível.</p> <p>(D) a menoridade.</p> <p>(E) o erro sobre a ilicitude do fato.</p>	<p>96. Se o querelante, em processo por crime de ação penal privada, sem motivo justificado, deixar de comparecer a ato que deva estar presente, o juiz deve declarar</p> <p>(A) a perempção.</p> <p>(B) o perdão judicial.</p> <p>(C) a decadência.</p> <p>(D) o perdão tácito.</p> <p>(E) a renúncia do direito de queixa.</p>
<p>92. A perda da função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a</p> <p>(A) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.</p> <p>(B) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.</p> <p>(C) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, desde que a sentença forneça a necessária motivação.</p> <p>(D) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação do dever para com a Administração Pública, desde que a sentença forneça a necessária motivação.</p> <p>(E) um ano, para qualquer crime, desde que a sentença forneça a necessária motivação.</p>	<p>97. A concussão e a corrupção ativa são crimes</p> <p>(A) formais.</p> <p>(B) material e formal, respectivamente.</p> <p>(C) permanentes.</p> <p>(D) formal e material, respectivamente.</p> <p>(E) materiais.</p>
<p>93. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão são aqueles</p> <p>(A) que se consumam antecipadamente, não dependendo da ocorrência do resultado desejado pelo agente.</p> <p>(B) em que o agente, por deixar de fazer o que estava obrigado, produz o resultado.</p> <p>(C) que decorrem do não fazer o que a lei determina, sem dependência de qualquer resultado naturalístico.</p> <p>(D) em que a lei descreve a conduta do agente e o seu resultado.</p> <p>(E) em que a lei só descreve a conduta do agente, não aludindo a qualquer resultado.</p>	<p>98. A aposição de assinatura falsificada em cheque de terceiro configura, em tese, crime de</p> <p>(A) falsa identidade.</p> <p>(B) falsificação de documento particular.</p> <p>(C) uso de documento falso.</p> <p>(D) falsificação de documento público.</p> <p>(E) falsidade ideológica.</p>
<p>94. A retroatividade de lei penal que não mais considera o fato como criminoso</p> <p>(A) atinge a culpabilidade.</p> <p>(B) é causa de perdão judicial.</p> <p>(C) exclui a imputabilidade.</p> <p>(D) afasta a tipicidade.</p> <p>(E) extingue a punibilidade.</p>	<p>99. No tocante à exceção da verdade, INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) inaplicável no crime de calúnia se o fato imputado constitui delito de ação pública e o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.</p> <p>(B) inaplicável no crime de calúnia se praticado contra chefe de governo estrangeiro.</p> <p>(C) inaplicável no crime de calúnia se o fato imputado constitui delito de ação privada e não houve a propositura de queixa.</p> <p>(D) inaplicável no crime de difamação se a ofensa a funcionário público não é relativa ao exercício de suas funções.</p> <p>(E) aplicável, em qualquer circunstância, no crime de injúria.</p> <p>100. Contra as decisões que receberem ou rejeitarem denúncia por crime de imprensa é cabível</p> <p>(A) carta testemunhável.</p> <p>(B) recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente.</p> <p>(C) apelação.</p> <p>(D) apelação e recurso em sentido estrito, respectivamente.</p> <p>(E) recurso em sentido estrito.</p>